



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO
nº 90023/2024

CONTRATANTE (UASG: 985821)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço Multidisciplinar composto por: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia que sejam realizados por profissionais com certificação em ABA. Devendo ser obrigatoriamente prestado na Sede do Município de Cantagalo ou em local que não esteja a mais de 20 Km de distância da Sede do Município, para que se evite o deslocamento dos Menores Pacientes, em razão de suas limitações. Por meio de Pregão, na forma do artigo 18, I, da Lei 14.133/2021. Procedendo os atendimentos individuais, como elaboração de parecer, relatórios trimestrais e registro das atividades desenvolvidas. Bem como a elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual Unificado-PDI.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 152.050,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 04/07/2024 às 9h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Sector de Licitações

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90023/2024
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 0172/2024
UASG: 985821

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Cantagalo, por meio do setor de licitações, sediado na Rua Ver Francisco Eugênio Vieira, 300 – Sala 101 - Centro, Cantagalo/RJ, realizará licitação no regime de empreitada por preço unitário, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 3.982/2023, Portaria nº 9.980/24 e demais legislação aplicável e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A sessão pública será realizada através do sítio Portal de Compras do Governo Federal na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e terá início às 9 horas, no horário oficial de Brasília/DF, em 04/07/2024.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de contratação de empresa especializada para prestação de serviço Multidisciplinar composto por: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia que sejam realizados por profissionais com certificação em ABA. Devendo ser obrigatoriamente prestado na Sede do Município de Cantagalo ou em local que não esteja a mais de 20 Km de distância da Sede do Município, para que se evite o deslocamento dos Menores Pacientes, em razão de suas limitações. Por meio de Pregão, na forma do artigo 18, I, da Lei 14.133/2021. Procedendo os atendimentos individuais, como elaboração de parecer, relatórios trimestrais e registro das atividades desenvolvidas. Bem como a elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual Unificado-PDI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. A licitação será realizada em lote único, conforme as especificações, quantitativos e valores unitários, descritos no item 1.4 do Termo de Referência.

2.2. Os licitantes deverão atentar-se somente às descrições dos serviços contidas no item 1.4 do Termo de Referência, Anexo I do edital para elaborarem suas propostas, pois as descrições dos CATMAT's nem sempre são totalmente compatíveis com o solicitado.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras <<http://www.gov.br/compras>>).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Todos os itens são de ampla concorrência;

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e da Lei Municipal nº 1.372/17.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pela Lei Municipal nº 1.372/17.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no Município de Cantagalo;

6.19.2.2. empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.2.5. Sorteio.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, que consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

Habilitação Jurídica

8.1.1. No caso de Empresa Individual

a) - Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula no Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2. No caso de Empresa Ltda. - S. A / Microempresa / Empresa de Pequeno Porte.

a) - Apresentação do Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social) acompanhado das alterações subsequentes, no caso de inexistência de Contrato consolidado, e Ata de eleição da última Diretoria, se for o caso, todos devidamente arquivados na Junta Comercial, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade por ações;

8.1.4. No caso de sociedade civil.

a) - Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

8.1.5. No caso de empresa estrangeira.

a) - Decreto de Autorização, devidamente arquivado na Junta Comercial, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País.

8.1.6. No caso de cooperativa:

a) - Ato Constitutivo (Ata da assembleia geral dos fundadores ou instrumento público) e os estatutos respectivos, devidamente arquivados na Junta Comercial;



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

b) - Relação de todos os cooperados, contendo nome e qualificações completas (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço residencial, número da cédula de identidade e do CPF);

c) - Assinatura, por todos os cooperados, de Termo de Compromisso de Responsabilidade Solidária, do presente Edital;

8.1.7. No caso de microempreendedor individual

a) Documento de identidade com foto e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com>.

8.1.8. Em todos os casos:

a) - Declaração Conjunta - Anexo VI

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.1.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF).

8.1.9.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.1.9.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.9.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.1.9.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou da sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei ou certidão com restrição;

8.1.9.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.1.9.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.1.9.7. Prova de Regularidade com a Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;

8.1.9.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Habilitação Econômico-Financeira

8.1.10. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

8.1.10.1. A certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

8.1.10.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

8.1.11. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) O atendimento dos índices econômicos previstos na alínea "a" da cláusula 7.1.10 acima deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.1.12. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.1.13. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.1.14. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global estimado.

Qualificação Técnica

8.1.15 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio de apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.1.15.1 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.1.15.2 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

8.1.16 - Apresentação do Boletim de Ocupação Funcional (BOF) junto a Vigilância Sanitária Municipal da sede da Empresa e de sua filial em caso da sede da Empresa não está situada no Município de Cantagalo;

8.1.17 - Registro ou inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro;

8.1.18 - Estar inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, junto ao Município de Cantagalo (CNES);

8.1.19 - Declaração de que possui a equipe técnica e equipamento exigidos para a realização dos procedimentos, objeto do credenciamento;



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

8.2. A documentação exigida para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.8.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.9. A verificação pelo Agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Comissão.

8.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. Nos termos da LC 123/2006 e da Lei Municipal 1.372/17 se exigirá a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa e da empresa de pequeno porte apenas para fins da contratação.

8.15.1. Constatada alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.15.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto na cláusula 8.15.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar a contratação, ou revogar a licitação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cantagalo.rj.gov.br

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 A infrações administrativa e sanções se encontram descritas na Cláusula Sexta da minuta do Contrato

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço licitacao@cantagalo.rj.gov.br

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

13. DA GARANTIA

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. PAGAMENTO



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

14.1. O CONTRATANTE deverá pagar o preço ao CONTRATADO em 12 (doze) parcelas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente, na conta corrente de titularidade do CONTRATADO.

14.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da data da atestação de despesa, na forma do Capítulo VII do Decreto Municipal n.º 3.982/2023.

14.2.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

14.3. O **CONTRATADO** deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento a Secretaria de Governo, situada na Praça Miguel de Carvalho, 65 – Centro – Cantagalo – RJ.

14.4. Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

- a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
- b) se o **CONTRATADO** foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação; e
- c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.4.1. Constatando-se a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

14.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **CONTRATADO**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.4.3. Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **CONTRATADO** a ampla defesa.

14.4.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o **CONTRATADO** não regularize sua situação.

14.5. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

14.5.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

14.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.7. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

14.8. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao **CONTRATADO**, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*.

15. PRAZO CONTRATUAL

15.1 O prazo de vigência do Contrato é de 1 (um) ano, contado da assinatura do contrato, desde que previamente divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas.

16. REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

16.1. Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do **CONTRATADO**.

16.2. O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

16.4. Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice do IPCA, exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

16.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.5.1. Fica o **CONTRATADO** obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

16.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

16.8.1. Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

b) a partir da data do requerimento do CONTRATADO, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.

16.9. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

16.10. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

16.11. O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

16.12. O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 14.133/2021.

17. EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

17.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Edital.

18. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. Após a homologação, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

18.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

18.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para assumir o compromisso nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em Lei.

18.4. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos item anterior, a administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário; ou adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta apresentada, quando existente, em favor do órgão ou entidade licitante.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

18.6. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso 18.4.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

19.10.1. Em caráter complementar, as informações referidas na cláusula 12.10 poderão ser divulgadas, também, no sítio da Prefeitura Municipal de Cantagalo-RJ na internet, no endereço eletrônico www.cantagalo.rj.gov.br.

19.10.2. Essas informações poderão ser obtidas, ainda, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Cantagalo, sito na Rua Vereador Francisco Eugênio Vieira, 300 – Sala 101 – Centro – Cantagalo – RJ, ou através do fone: (22) 2555.4204

19.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 19.11.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar
- 19.11.2. ANEXO II – Termo de Referência
- 19.11.3. ANEXO A – Minuta de Termo de Contrato
- 19.11.4. ANEXO III – Declaração Conjunta
- 19.11.5. ANEXO IV – Modelo de apresentação da proposta
- 19.11.6. ANEXO V – Declaração ME - EPP



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

19.12. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Comarca de Cantagalo-RJ, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Cantagalo-RJ, 12 de junho de 2024.

Carlos Alexandre Marques da Silva
Matrícula.: 1841-4
Portaria 9.984/2024



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - MULTIDISCIPLINAR – COMPOSTO POR TERAPIA OCUPACIONAL, PSICOLOGIA, FONAODIOLOGIA, PISCOPEDAGOGIA TODOS COM CERTIFICAÇÃO EM ABA

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado, a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a administração pública.

OBJETO PRETENDIDO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MULTIDISCIPLINAR COMPORO POR: TERAPIA OCUPACIONAL, PSICOLOGIA, FONAODIOLOGIA, PISCOPEDAGOGIA TODOS COM CERTIFICAÇÃO EM ABA, POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL, PROCESSOS Nº 00039132.2022.8.19.0015 - PACIENTE MARIA LUIZA CAMACHO; PROCESSO Nº 0800277-30.2023.8.19.0015 – PACIENTE GAEL SOARES DE OLIVEIRA HERDY; PROCESSO Nº 0800479-41.2022.8.19.0015 – PACIENTE NOAH PIMENTEL TAVARES E PROCESSO Nº 0800465-19.0015 – PACIENTE MAYA MENDONÇA DA SILVA. Na forma da Tabela abaixo;

Processo: 000391-36.2022.8.19.0015			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES	MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
PSICOPEDAGOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
PSICOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
Processo: 0800277-30.2023.8.19.0015			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES	MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
PSICOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
Processo: 0800479-41.2022.8.19.0015			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES	MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
Processo: 0800465-57.2022.8.19.0015			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA	MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

	SESSÕES		
TERAPIA OCUPACIONAL	01 VEZ POR SEMANA	50 SESSÕES	As sessões deverão ter uma duração de 1 hora.

1- PROBLEMA A SER RESOLVIDO

1.1- Não há na Secretária Municipal de Saúde Servidor concursado com certificação em **ABA – DOCUMENTO OFICIAL QUE COMPROVA O CONHECIMENTO DOS TERAPEUTAS QUE TRABALHAM COM TEA (TRANSTORNO DO ESPECTOR AUTISTA)**, para que seja cumprida a ordem judicial tal como foi lançada.

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1- Segundo a Lei Orgânica do Município de Cantagalo, Capítulo II, art.6º, “ Ao Município cumpre prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população. ”

§ 1º - Compete-lhe administrativa e privativamente:

XXXI- prestar assistência à saúde através dos postos e/ ou subpostos para tal fim, bem como através de outros dispositivos de promoção de saúde coletiva, existentes, ou a serem criados, no Município;

§ 2º Compete-lhe administrativamente, observar os dispositivos federal e estadual:

I- cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia do idoso e da criança, bem como das pessoas portadoras de necessidades especiais, conforme dispõe a Legislação Federal;

2.2- Dessa forma, torna-se imprescindível a contratação dos Serviços, na especificidade e quantidades determinadas na Ordem Judicial para atendimento a Paciente idoso e acamado, salvo guardando a sua vida e dignidade.

3- PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL E/OU NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO (PPA - LDO- LOA)

3.1- Essa contratação está alinhada com o Plano de Contratação Anual;

3.2- Está prevista na Dotação orçamentária;

4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1- O objeto a ser contratado deve atender aos Requisitos de: profissionais com formação em Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia, Fonoaudiologia sendo que os profissionais devem ter certificação em ABA.

5- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

5.1- O prazo de vigência da contratação é de 1(um) ano, com início a partir da assinatura do contrato, sendo permitida a prorrogação por até 05 (cinco) anos tendo em vista se Prestação de Serviço de Trato Contínuo, ou até quando perdurar a Ordem Judicial.

6- LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1- Visto que o Município não possui profissionais qualificados para esse tipo de serviço, conforme relatado do item: 1.1, a única solução possível será a contratação de uma empresa especializada, para prestação do serviço;

7- ESTIMATIVA O VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1- A estimativa do custo para o objeto foi baseada em preços praticados no mercado e, por estimativa, em um valor, por sessão de R\$180,00(cento e oitenta reais).

8- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

8.1- Trata-se da contratação de uma empresa que disponha de profissionais certificado em ABA e com formação para a prestação de serviço, tal como determinado no Objeto Pretendido de: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia, ou seja, atendimento Multidisciplinar.

8.2- A Secretara Municipal de Saúde, não dispõem de Servidor concursado com formação e certificação em ABA.

8.3 - O prazo de vigência da contratação é de 01(um) ano, com início em 30 de julho de 2024 e termino e 29 de julho de 2025, sendo permitida a prorrogação por até 05 (cinco) anos tendo em vista se Prestação de Serviço de Trato Continuo, ou até quando perdurar a Ordem Judicial.

9- JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/ AGRUPAMENTO DE ITENS

9.1- A solução como um todo se daria de melhor forma agrupada em uma única Empresa para que houvesse a elaboração de plano de tratamento da melhor forma em atingir a melhora e evolução dos Pacientes todos com diagnóstico de TEA, para que possibilite a montagem de um Plano Terapêutico de forma conjunta.

10- DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1- A contratação anual deste serviço é imprescindível, a uma para o cabal cumprimento da Ordem Judicial, nos autos dos processos de nº 000391-36.2022.8.19.0015; 0800277-30.2023.8.19.0015; 0800479-41.2022.8.19.0015 e 0800465.57.2022.8.19.0015, com suas especificações e certificações dos profissionais e quantidade, a outra de melhorar a qualidade de saúde, vida, dignidade de crianças com TEA, munícipes da Cidade de Cantagalo. Os benefícios diretos e indiretos relacionam-se essencialmente em proporcionar a saúde.

11- PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1- Não se faz necessária nenhuma adequação prévia ao contrato;

12- CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

12.1- Para esta solução não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da contratação pretendida.

13- IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1- A presente aquisição não possui impactos ambientais;

14- VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1- O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item 6 - LEVANTAMENTO DE MERCADO se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, DECLARO SER VIÁVEL a contratação pretendida.

Cantagalo, 15 de março de 2024

Janine Amaral Monerat
Assistente Social

c
Jaqueline Escrivani Nunes
Coordenadora Administrativa



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇO MULTIDISCIPLINAR

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1- O presente Termo de Referência (TR) tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviço Multidisciplinar composto por: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia que sejam realizados por profissionais com certificação em ABA. Devendo ser obrigatoriamente prestado na Sede do Município de Cantagalo ou em local que não esteja a mais de 20 Km de distância da Sede do Município, para que se evite o deslocamento dos Menores Pacientes, em razão de suas limitações. Por meio de Pregão, na forma do artigo 18, I, da Lei 14.133/2021. Procedendo os atendimentos individuais, como elaboração de parecer, relatórios trimestrais e registro das atividades desenvolvidas. Bem como a elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual Unificado-PDI.

1.2- A contratação de serviços visa obedecer às determinações judiciais, com os seguintes processos:

1.2.1- Processo nº 00039132.2022.8.19.0015; Processo nº 0800277-30.2023.8.19.0015; Processo nº 0800479-41.2022.8.19.0015; Processo nº 0800465-.19.0015.

1.3- O objeto desta contratação se enquadra aos conceitos legais de Bens e Serviços Comuns de acordo com o art.6º, da Lei nº 14.133/ 2021 e, com base no Decreto Municipal Nº 3.984/2023, art.2º incisos I e II.

1.4- DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E QUANTITATIVOS:

Processo: 000391-36.2022.8.19.0015			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES	MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
PSICOPEDAGOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
PSICOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
Processo: 0800277-30.2023.8.19.0015			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES	MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
PSICOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
Processo: 0800479-41.2022.8.19.0015			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES	MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
Processo: 0800465-57.2022.8.19.0015			
PACIENTE:			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA	MÉDIA	OBSERVAÇÃO



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

	SESSÕES	ANUAL	
TERAPIA OCUPACIONAL	01 VEZ POR SEMANA	50 SESSÕES	As sessões deverão ter uma duração de 1 hora.

2- PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/ PRORROGAÇÃO/ REAJUSTE

2.1-Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21):

O prazo de vigência da contratação é de 01 (hum) ano, contados a partir da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2- Prorrogação do Contrato:

O contrato de serviço continuado poderá ser prorrogado sucessivas vezes, respeitando o tempo decenal, com fulcro no art. 107, *caput*, da Lei nº 14.133/21. Ou até perdurar a ordem judicial.

2.3-Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21):

O contrato poderá ser reajustado, nos moldes do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/21, tomando como índice de reajustamento o IPC – Índice de Preço ao Consumidor.

3- DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1- Foi recebida pelo Fundo Municipal de Saúde, diversas Medidas Judiciais, relacionada à assistência de Menores paciente com diagnóstico de TEA – Transtorno do Espectro Autista, que necessitam de tratamento Multidisciplinar, como; Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia e, com profissionais certificados em ABA.

3.2- O quantitativo foi definido de acordo com nº de demandas de Ordens Judiciais.

4- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b”, da Lei 14.133/2021)

4.1- Fundamentação no Estudo Técnico Preliminar, conforme elementos constantes no art. 18, §1º, da Lei 14.133/21).

5- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1- Trata-se da contratação de profissionais especializado em Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia, com certificação em ABA, para cumprimento de 04 (quatro) Determinações Judiciais de 04(quatro) pacientes crianças com diagnóstico de TEA.

5.2- A melhor solução encontrada será a contratação dos serviços, através de Empresa que ofereça tratamento multidisciplinar;

5.3- O Pregão Eletrônico será a modalidade de licitação eleita para a aquisição dos serviços, cujo critério de julgamento será o de menor preço global;

5.4- A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e alterações subsequentes;

5.6- Não haverá exigência da Garantia da Contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021;

6- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

6.1- Qualificação técnica (conforme art. 67, da Lei nº 14.133/2021)

6.1.1- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio de apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

6.1.2- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

6.1.3- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

6.2- Apresentação de documentos, juntamente à proposta de preços:

6.2.1--Apresentação do Boletim de Ocupação Funcional (BOF) junto a Vigilância Sanitária Municipal da sede da Empresa e de sua filial em caso da sede da Empresa não está situada no Município de Cantagalo;

6.2.2-Registro ou inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro;

6.2.3-Estar inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, junto ao Município de Cantagalo (CNES);

6.2.4- Declaração de que possui a equipe técnica e equipamento exigidos para a realização dos procedimentos, objeto do credenciamento;

8- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas elencadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021;

8.2- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021;

8.3- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para este fim;

8.4- A execução do contrato deverá produzir seus efeitos como:

8.4.1- Produzir e entregar a Secretaria Municipal de Saúde Relatório Trimestral de evolução de cada paciente atendido e elaborar Plano de Desenvolvimento Individual Unificado-PDI;

8.4.2- Promover os atendimentos aos Pacientes em dias úteis e no horário comercial.

8.5- A quantidade de sessões semanais estão ESPECIFICADAS neste Termo de REFERÊNCIA, as sessões realizadas a maior não serão liquidadas, os quantitativos de sessões somente poderão ser alterados tanto para aumentar quanto para reduzir com autorização Expressa da Secretaria Municipal de Saúde, por ser tratar de cumprimento de Ordem Judicial;



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

8.6- Caso seja necessário o cancelamento ou adiamento de alguma sessão, deverá estar acordado entre as empresas e os responsáveis pelo paciente em um prazo mínimo de 06 (seis) horas que antecederem o horário agendado, sendo que nos casos de cancelamento e remarcação de sessão ocorrerá no mesmo ato, sob pena de não pagamento da referida;

8.7- A Empresa vencedora do certame deverá comunicar à Contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

8.8- A Empresa vencedora do certame deverá assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do serviço;

8.9- Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na Planilha Descritiva dos Serviços e Formação de Preços, não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para o contratado cobrar extras e ou alterar a composição de seus preços unitários;

8.10- Homologado o certame pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, a Empresa vencedora convocada para firmar o contrato de prestação de serviços, terá o prazo de 03 (três) dias úteis contados da data da convocação, para apor suas assinaturas;

8.11- Prestação dos serviços somente poderá se dar, **EXCLUSIVAMENTE** para os Pacientes descritos nominalmente neste Termo de Referência, Edital e Contrato e/ou para aqueles Pacientes que vierem a ser acrescidos, por determinação expressa da Secretaria Municipal de Saúde, em Termo Aditivos. Sendo o atendimento somente mediante a apresentação de documento de Identificação;

8.12- A Empresa vencedora do certame, após a assinatura do contrato com vigência a partir de 30/06/2024, terá o prazo de 05 (cinco) dias para dar início às sessões dos Pacientes descritos nominalmente neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato, sob pena das sanções administrativas;

8.13- As Empresas que vier a ser declarada vencedora do certame, sujeitar-se-á à fiscalização técnica do Fundo Municipal de Saúde, para comprovação do perfeito cumprimento do objeto licitado;

8.14- Correrá por conta da empresa vencedora, qualquer prejuízo causado na execução de quaisquer das terapias e suas sessões que deverão ser procedidas em quantidade semanal, na forma que consta deste Termo de referência, do Edital e do Contrato, haja vista, que são indicados por Ordem Judicial;

8.15- Reserva-se ao contratante o direito de controlar periodicamente a qualidade dos serviços, com objetivo de verificar se os serviços estão dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

8.16- A empresa que vier a ser Contratada compromete-se a apresentar a Fatura Mensal até dia 10 (dez) de cada mês para controle de frequência, em forma de planilha, constando o nome de cada Paciente descrito nominalmente, para cada terapia que esteja vinculado, com a assinatura do responsável, de acordo com as sessões efetivamente realizadas, do mesmo modo que deve informar o absenteísmo dos Pacientes, para posterior expedição da Nota Fiscal;

8.17- A Empresa vencedora do certame não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a prestação dos serviços de que trata o presente Termo de Referência, salvo excepcionalidades a serem analisadas pela Secretaria Municipal de Saúde;

8.18- A Empresa vencedora do certame deve assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e normativas legais aplicáveis e obedecendo rigorosamente às especificações constantes neste Termo de Referência, como os profissionais terem a certificação em ABA;



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

8.19-A Empresa vencedora deverá fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra especializada, atendida todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, sociais, tributárias, previdenciárias, fundiárias, normas técnicas e demais, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionada, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;

8.20- A empresa vencedora deverá responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como emolumentos prescritos e que digam respeito ao serviço; impostos; taxas; contribuições fiscais; previdenciárias; trabalhistas; fundiárias; enfim, por todas as que houverem, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente edital;

8.21-A Empresa vencedora deverá fornecer, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos e demonstrativos de custos;

8.22-A Empresa vencedora será remunerada exclusiva, pelas sessões efetivamente realizadas pelos Paciente nominativos deste Termo de referência, na forma da lista de presença assinada pelo Responsável, e em quantidade exata a indicada neste Termo de Referência, podendo ser a menor, mas nunca em maior número mesmo que haja justificativa, pelo valor constante da proposta, sendo vedada a cobrança de quaisquer sobretaxas; a retenção e/ou exigência de apresentação de qualquer documento(s) adicional(ais);

8.23-A Empresa vencedora deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Termo de Referência, principalmente dos profissionais que prestarão o serviço descrito.

9- DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f”, da Lei 14.133/2021)

9.1-Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar desde a execução até a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados;

9.2-A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3-Ficam indicados como futuro fiscal (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e futuro gestor do contrato, os seguintes servidores (se for o caso):

Fiscal do futuro contrato: Janine do Amaral Monerat / Cargo Assistente Social

Gestor do futuro Contrato: Marcio da Silva Brabas_/ Cargo Secretário Municipal de Saúde

10- DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, da Lei 14.133/2021)

10.1-O recebimento dos serviços resultantes da contratação será atestado por servidor formalmente designado pela Secretaria Municipal de Saúde, que fará a verificação da sua conformidade com a proposta apresentada, e ainda, quanto ao cumprimento da execução em acordo com a correta realização do contrato;

10.2-Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

10.3-O servidor ou comissão designada pela autoridade competente, aceitará após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

10.3.1-Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

10.3.2-Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.3.3-Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

10.3.4-Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.3.5-Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.4-No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.5-Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.6-O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.7-Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.7.1- o prazo de validade;

10.7.2- a data da emissão;

10.7.3- os dados do contrato e do órgão contratante;

10.7.4- o período respectivo de execução do contrato;

10.7.5- o valor a pagar; e

10.7.6- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.8-Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

10.9-A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

10.10-A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018);

10.11- Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

10.12- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

10.13- Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

10.14- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

10.15- O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do art. 141 da Lei 14.133/2021;

10.16- Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação;

10.17- O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado

10.18- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

10.19- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

10.19.1- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

10.20- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6, XXIII, h , da lei 14.133/2021)

11.1- O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL;

11.2- O fornecimento do objeto será continuado;

11.3- Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

11.3.1- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.3.2- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.3.3- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.4- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

11.3.5- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.6- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.3.7- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.3.8- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.3.9- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.3.10- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.3.11- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.3.12- Prova de inscrição Estadual/ Distrital no cadastro de contribuintes, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.13- Prova de regularidade Estadual / Distrital com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.3.14- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/ Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.3.15-O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.3.16-Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

11.3.17-Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.3.18-As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

11.3.19-Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.3.20-Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

11.3.21-As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

11.3.22-O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;

12- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII,"i", da Lei 14.133/2021)

12.1- O valor estimado para o menor preço global será de R\$152.050,00(cento e cinquenta e dois mil e cinquenta centavos), **com base no menor orçamento do valor Global** para a prestação do serviço, nos moldes exigido na Definição do Objeto.

12.2- Cotação de preços:

EMPRESAS	Terapia Ocupacional em ABA	Psicologia em ABA	Psicopedagogia em ABA	Fonoaudiologia em ABA
Clinova Clínica Médica Ltda	R\$215,00	R\$128,00	R\$128,00	R\$128,00
Studio Forma e Equilíbrio EIRELLI	R\$0,00	R\$66,00	R\$68,00	R\$67,00
Clínica AMIS Ltda	R\$240,00	R\$200,00	R\$160,00	R\$200,00

12.3-Edital / Termo de Referência:



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

. Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais: Metodologia ABA – Terapia Ocupacional, Psicologia e Fonoaudiologia: R\$180,00 (cento e oitenta reais) por sessão;

. Prefeitura Municipal de Santa Carmem Estado do Mato Grosso do Sul: Terapia Ocupacional: R\$ 166,66 (cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) por sessão e Fonoaudiologia:

R\$200,00(duzentos reais) por sessão, todavia, não especifica se necessário a metodologia em ABA.

- Fonte: Portal Nacional de Contratações Públicas.

12.4-Pesquisa Pública em Mídia/Internet:

. Perfil - Dra. Larissa Roso - Terapia Ocupacional em ABA: R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), por sessão;

. Perfil - Cronoshare - Psicopedagogia em ABA: R\$120,00(cento e vinte reais) por sessão;

. Perfil – Rennov Saúde - Fonoaudiologia em ABA: R\$120,00(cento e vinte reais) por sessão.

13- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1- As dotações orçamentárias por onde correrá a despesa são:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Programa de trabalho	Natureza da despesa	Ficha	Fonte
10040-10300240032.034	339039-33	159	15000
10040-10300240032.034	339039-33	166	1704
10040-10300240032.034	339039-33	CRIAR	162100

14- DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1- Não há disposições gerais.

15- ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1- Compõe como Anexos A este TR os seguintes documentos:

ANEXO A – Minuta do Contrato

Cantagalo, 11 de abril de 2024

Janine Amaral Monerat
Assistente Social

Jaqueline Escrivani Nunes
Coordenadora Administrativa

Marcio da Silva Barbas
Secretário Municipal de Saúde



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

ANEXO A

MINUTA DO CONTRATO Nº
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º

TERMO DE CONTRATO Nº /2024 QUE ENTRE SI FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANTAGALO E A EMPRESA xxxxxxxx PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MULTIDISCIPLINAR A SEREM REALIZADAS EM PACIENTES POR ORDEM JUDICIAL, NA FORMA ABAIXO:

Aos XXXX dias do ano de dois XXXX e vinte XXXX, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTAGALO**, pessoa jurídica de direito público, decididamente inscrito no CNPJ sob o nº, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, 137, Centro - Cantagalo/RJ, neste ato representado pelo Gestor, o Secretário Municipal de Saúde, Sr Márcio da Silva Barbas, brasileiro, casado, dentista, portador da C.R.O- RJ - nº11.934-90, devidamente inscrito no CPF sob o nº 988.521.167-53, residente e domiciliado no Bairro Jardim de Alah – Cordeiro –RJ, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa xxxxx, pessoa jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx /RJ, neste ato representada pela xxxxxxxxxxxxxxxx. (qualificação), portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXX, devidamente inscrito(a) no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado(a) na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx /RJ, em doravante denominado **CONTRATADO(A)**, tendo como respaldo o resultado do Processo de Licitação de nº xxx/2024, por meio de Pregão Eletrônico de nº xxx2024, celebram o presente contrato de acordo com o que determina a Lei Federal nº 14.133/2021, visando o Certame para a contratação de empresas especializadas para a prestação de serviço Multidisciplinar, composto por: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia que sejam realizados por profissionais com certificação em ABA, a serem realizados em Pacientes por Ordem Judicial, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente CONTRATO tem por objeto a Licitação de forma complementar, tem por objetivo a contratação de empresa especialidade para prestação de serviço Multidisciplinar composto por; Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia que sejam realizados por profissionais com certificação em ABA. No tempo e quantidades especificadas na tabela abaixo:

Processo: 000391-36.2022.8.19.0015				
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES		MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
PSICOPEDAGOGIA	02 VEZES SEMANA	POR	100 SESSÕES	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES SEMANA	POR	100 SESSÕES	
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES SEMANA	POR	100 SESSÕES	
PSICOLOGIA	02 VEZES SEMANA	POR	100 SESSÕES	
Processo: 0800277-30.2023.8.19.0015				
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES		MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES SEMANA	POR	100 SESSÕES	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES SEMANA	POR	100 SESSÕES	
PSICOLOGIA	02 VEZES SEMANA	POR	100 SESSÕES	
Processo: 0800479-41.2022.8.19.0015				
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA		MÉDIA	OBSERVAÇÃO



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

	SESSÕES	ANUAL	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
Processo: 0800465-57.2022.8.19.0015			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES	MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
TERAPIA OCUPACIONAL	01 VEZ POR SEMANA	50 SESSÕES	As sessões deverão ter uma duração de 1 hora.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1- A Contratada deverá seguir as normas, instruções e orientações da lei 8.080/1990, em especial Capítulo II da participação complementar, do Pacto pela Saúde.

2.2- Produzir e entregar a Secretaria Municipal de Saúde Relatório Trimestral de evolução de cada paciente atendido e, elaborar Plano de Desenvolvimento Individual Unificado-PDI.

2.3- Promover os atendimentos aos Pacientes em dias úteis e no horário comercial.

2.4- A quantidade de sessões semanais estão ESPECIFICADAS neste Termo de Contrato, na forma da Cláusula Primeir – Do Objeto, em tabala quantitativa, assim, as sessões realizadas a maior não serão liquidadas, os quantitativos de sessões somente poderão ser alterados tanto para aumentar quanto para reduzir com autorização Expressa da Secretaria Municipal de Saúde, por ser tratar de cumprimento de Ordem Judicial.

2.5- Caso seja necessário o cancelamento ou adiamento de alguma sessão, deverá estar acordado entre a Contratada e os responsáveis pelos pacientes em um prazo mínimo de 06 (seis) horas que antecederem o horário agendado, sendo que nos casos de cancelamento e remarcação de sessão ocorrerá no mesmo ato, sob pena de não pagamento da referida.

2.6- A Contratadam deverá comunicar à Contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

2.7- A Contratada deverá assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do serviço.

2-8- Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na Planilha Descritiva dos Serviços e Formação de Preços, não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a Contratada cobrar extras e ou alterar a composição de seus preços unitários.

2-9- A prestação dos serviços somente poderá se dar, EXCLUSIVAMENTE para os Pacientes descritos nominalmente neste CONTRATO e/ou para aqueles Pacientes que vierem a ser acrescidos, por determinação expressa da Secretaria Municipal de Saúde, em Termo Aditivo. Sendo o atendimento somente, mediante a apresentação de documento de Identificação.

2.10- A Contratada, após a assinatura do contato com vigência a partir de 30/07/2024, terá o prazo de 05 (cinco) idas para dar início as sessões do Pacientes descritos nominalmente neste Contrato, sob pena das sanções administrativas.

2.8- A Contratgada obriga-se a realizar serviços a que se refere esse Processo de Licitação de acordo estritamente com as especificações descritas no Termo de Referência e em Edital e neste Contrato, sendo de sua inteira responsabilidade todos os custos necessários à sua realização.

2.9- As sessões dos Serviços Multidisciplinares, que fazem parte deste Contrato, tais quais: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia, por profissioanis certificados em ABA, deverão ser realizadas nas dependências da empresa Contratada, que obrigatoriamente devem estar localizadas ou na sede do Município de Cantagalo, ou em distância de até 20 km, da sede do Município, em razão da dificuldade de locomoção dos Pacientes.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

2.10- A administração pública reserva-se no direito de, a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo daqueles já executados e devidamente atestados pelo departamento competente;

2.11- A Contratada, sujeitar-se-á à fiscalização técnica do Fundo Municipal de Saúde, para comprovação do perfeito cumprimento do objeto contratado.

2.12- Correrá por conta da Contratada, qualquer prejuízo causado na execução de quaisquer das terapias e suas sessões que deverão ser procedidas em quantidade semanal, na forma que consta deste Contrato, descrito na Cláusula do Objeto, haja vista, que são indicados por Ordem Judicial.

2.13- Reserva-se ao contratante o direito de controlar periodicamente a qualidade dos serviços, com objetivo de verificar se os serviços estão dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

2.14- A Contratada compromete-se a apresentar a Fatura Mensal até dia 10 (dez) de cada mês para controle de frequência, em forma de planilha, constando o nome de cada Paciente descrito nominalmente, para cada terapia que esteja vinculado, com a assinatura do responsável, de acordo com as sessões efetivamente realizadas, do mesmo modo que deve informar o absenteísmo dos Pacientes, para posterior expedição da Nota Fiscal.

2.15- O recebimento dos serviços resultantes da contratação será atestado por servidor formalmente designado pela Secretaria Municipal de Saúde, que fará a verificação da sua conformidade com a proposta apresentada, e ainda, quanto a cumprimento da execução em acordo com a correta realização dos serviços;

2.16- A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a prestação dos serviços de que trata o presente Contrato, salvo excepcionalidades a serem analisadas pela Secretaria Municipal de Saúde;

2.17- A Contratada deve assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e normativas legais aplicáveis e obedecendo rigorosamente às especificações constantes no Edital, Termo de Referência e neste Contrato, como os profissionais terem a certificação em ABA.

2.18- Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra especializada, atendida todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, sociais, tributárias, previdenciárias, fundiárias, normas técnicas e demais, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionada, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração Pública.

2.19- Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como emolumentos prescritos e que digam respeito ao serviço; impostos; taxas; contribuições fiscais; previdenciárias; trabalhistas; fundiárias; enfim, por todas as que houverem, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente edital.

2.20- Fornecer, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos e demonstrativos de custos.

2.21- A Contratada será remunerada exclusiva, pelas sessões efetivamente realizadas pelos Pacientes nominativos neste CONTRATO, na forma da lista de presença assinada pelo Responsável, e em quantidade exata a indicada na Cláusula Primeira, podendo ser a menor, mas nunca em maior número mesmo que haja justificativa, pelo valor conste da proposta, sendo vedada a cobrança de quaisquer sobretaxas; a retenção e/ou exigência de apresentação de qualquer documento(s) adicional(ais).

2.22- Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Contrato, Termo de Referência e Edital, principalmente dos profissionais que prestarão o serviço descrito.

2.23-Correrá por conta da Contratada qualquer prejuízo causado na execução da prestação do serviço.

2.24-Reserva-se o Contratante o direito de controlar periodicamente a qualidade dos serviços, com objetivo de verificar se os serviços estão dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Caberá ao Fiscal do Contrato, cuja qualificação será oposta quando da assinatura do contrato, dentre Servidor Efetivo



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

e, mediante Portaria de Nomeação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

3.1- A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e acompanhamento do Contratante.

3.1.1- São de responsabilidade da Contratada todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do presente contrato e a sua inadimplência não transferem ao Contrtante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente contrato.

3.1.2-A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, incorreções ou defeitos.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1- O presente contrato entrá em vigor na data da sua assinatura, tendo o prazo de vigência de 12 (doze) meses.

Parágrafo Primeiro- Os prazos e obrigações previstos neste contrato vigorarão independentemente de aviso extrajudicial,bem como de interpelação ou notificação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1-As despesas decorrentes deste Processo dde Licitação decorrerão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Saúdes previstas na Lei de Diretrizes Orçamentária, Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 e Plano Plurianual.

5.2-Serão emitidos empenhos solicitados através de ofícios da Secretaria Municipal de Saúde, os quais serão encaminhados ao Departamento de Controle Financeiro, contendo o valor a ser empenhado e o credor baseado no período em que estejam agendados os procedimentos, respeitando sempre o artigo 60, da Lei 4.320/64.

5.3-Até o dia 10 (dez) de cada mês, deverá ser apresentada Nota Fiscal/Fatura a Secretaria Municipal de Saúde, juntando a ela as Certidões Negativas de Débitos (CND) junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, dentro de seus prazos de validade, e ainda as Guias de Encaminhamento devidamente autorizadas referentes aos procedimentos realizados no período para que seja auditada, sendo encaminhada posteriormente ao Departamento de Controle Financeiro para pagamento.

5.4-O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente ou cheque em nome da Contratada, no prazo de 30 (trinta) idas, contados a parit do atesto da ota Fiscal pelo Fiscal do Contrto, observando-se a ordem cronológicva para cada fonde diferenciada de recursos.

5.5-O Município poderá reter o valor referente ao ISS, na forma da Lei.

5.6-O pagamento somente será efetuado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal da Contratada.

5.7-Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou ainda circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Credenciada providencie as medidas sanadoras. Nesta hipótese o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Fundo Municipal de Saúde;

5.8-Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

5.9-Considerando as quantidades estimadas no Termo de Referência, o valor estimado para atender as despesas referentes a este Processo de Licitação será de R\$152.050,00(cento e cinquenta e dois mil e cinquenta reais).

5.10-As despesas decorrentes do presente credenciamento serão cobertas pela seguinte dotação orçamentária, para o ano de 2024. sendo passível de alteração para o ano de 2025:

Programa de trabalho	Natureza da despesa	Ficha/Fonte
10040-1030240032.034	339039-33	159/15000
10040-1030240032-034	339039-33	166/1704
10040-1030240032-034	339039-33	CRIAR/162100

5.11-Os preços contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, após serão atualizados na forma do índice constante da Cláusula Setima, item 7.2.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Comete infração administrativa, as partes que deixarem de observar o rol do artigo 155 e seguintes, referente ao Título IV, Capítulo I, da Lei nº 14.133/21, do seguinte modo:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo, na forma do previsto do artigo 5º, da Lei 18.846/2013.

6.2- Ficando a Contratada sujeita a sanções descritas neste Termo de Referência, Edital e Contrato e as previstas no artigo 156, da Lei 14.133/2021, a seguir:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

6.1.2 -Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.3 - O não cumprimento do prazo para a assinatura do contrato, ensejará a aplicação de multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação.

6.4 - A aplicação da multa estabelecida no subitem anterior, desabilitará automaticamente a Empresa vencedora, sem prejuízo a aplicação das sanções previstas e/ou prejuízo do ajuizamento das ações cabíveis.

6.5 - No caso de inexecução total ou parcial do contrato, o Município de Cantagalo, poderá, garantida a prévia defesa, rescindi-lo e/ou, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades ou sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) Multa compensatória entre 3%(três por cento) a 10 % (dez por cento), sobre o valor total do contrato, no caso de falhas na Prestação dos Serviços que forem Contratos;

c) Em caso de inexecução parcial da prestação de serviço, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

d) - 10% sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de não aceitar manter o compromisso assumido quanto aos preços da Proposta, ou em caso de inexecução total da obrigação assumida

e) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta ou indireta de todos os entes federativos pelo prazo de até 06 (seis) anos, não podendo ser inferior a 03 (três) anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

g) rescisão unilateral do contrato de prestação de serviço.

6.6 - As sanções previstas podem ser aplicadas de forma cumulativas.

6.7 - As sanções previstas nas alíneas "d" "e" e "f", somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas sós serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da Prefeitura Municipal de Cantagalo e apresentadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que a contratada for notificada. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dá direito a qualquer contestação.

6.8 - A sanção estabelecida na alínea "f" é de competência exclusiva do Município de Cantagalo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

6.9 - As sanções previstas nas alíneas "d" "e" e "f", poderão também ser aplicadas à contratada ou aos profissionais que, na execução do contrato:



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

- a). Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos
- b). Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar o objetivo da licitação;
- c). Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

6.10 - O Município de Cantagalo formalizará notificada à contratada sobre as advertências e multas aplicáveis, ficando assegurado a esta, a garantia de prévia defesa, a qual deverá ser apresentada ao Município de Cantagalo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da comunicação.

6.11 - Será de responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.

6.12 - Obriga-se também a contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de Lei, relacionadas com o cumprimento do contrato.

6.13 - As multas aplicadas serão descontadas de qualquer crédito existente da Contratada ou cobrada judicialmente.

6.14 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21.

6.15 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à

6.16 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores da PMC, e no caso de suspensão de licitar, o proponente deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de referência, no Edital e no contrato e das demais cominações legais

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRORROGAÇÃO E DA RENOVAÇÃO

7.1- Podendo ser prorrogado sucessivamente, mediante termo aditivo, nos termos do artigo 105, da Lei 14.133/2021 ou até quando perdurar a Ordem Judicial.

7.2- Havendo a necessidade de reajustes dos valores da Prestação de Serviço, será procedido na forma do § 4º, do artigo 92, da Lei 14.133/2021, pelo índice o IPC - Índice de Preço do Consumidor.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 A rescisão do presente contrato se dará:

I-AMIGAVELMENTE, por acordo entre as partes contratantes, desde que verificada a conveniência para o Contratante.

II-UNILATERALMENTE a qualquer tempo por decisão fundamentada, pelo Contratante, diante do não cumprimento, por parte da Contratada, das obrigações assumidas por esta no presente contrato, e/ou pela verificação das hipóteses previstas nos incisos do artigo 78, da Lei nº 8.666/93 ou diante da ocorrência de fato superveniente ou circunstância desabonadora da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções estabelecidas no presente contrato. E, ainda em caso de falecimento ou alta do(s) Paciente(s).

III-JUDICIALMENTE, nos termos da legislação processual em vigor.

Parágrafo Único - Não caberá qualquer direito indenizatório na Rescisão Amigável.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações e responsabilidades da Contratada, para prestação do serviço objeto deste Contrato e Termo de Referência:

- 9.1- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a prestação dos serviços de que trata o presente Termo;
- 9.2- Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e normativas legais aplicáveis;
- 9.3- Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra especializada, profissionais com certificação em ABA, atendida todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, sociais, tributárias, previdenciárias, fundiárias, normas técnicas e demais, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionada;
- 9.4- Exigir e somente prestar os serviços mediante apresentação de documento de identidade do paciente, descritos neste Contrato de forma nominal e/ou aqueles que vieram a ser acrescidos por Termo Aditivo.
- 9.5- Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da prestação de serviços, tais como: emolumentos prescritos e que digam respeito ao serviço; impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, e afins, por todas as que houverem, por mais especiais que sejam e mesmo que não constantes no presente termo.
- 9.6- Fornecer, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos demonstrativos de custos.
- 9.7- Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas no presente Contrato e Termo de Referência.
- 9.8- Manter a continuidade das sessões periódicas, somente podendo ser desmarcadas, com antecedência mínima de 06(seis) horas de sua realização, sendo reagendado na mesma oportunidade.
- 9.9- Os agendamentos das sessões se dará pela Contratada e acordo com a disponibilidade dos Pacientes, sendo acordada entre os mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Contrante terá direito a vistoriar as instalações, aparelhos e locais de prestação dos serviços da Contratada.

- 10.1- A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Contratante.
- 10.2- A existência e atuação da fiscalização da Contratante em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução dos serviços e as suas consequências e implicações.
- 10.3- Verificada pela fiscalização do Contratante, o abandono da execução dos serviços ou o retardamento indevido, poderá o mesmo assumir o objeto do contrato na situação em que se encontrar, constituindo os valores não pagos como créditos passíveis de cobrança por parte do Contratante perante a Contratada, servindo o presente contrato como Título Executivo, na forma do disposto no artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.
- 10.4- Igualmente, se verificada na execução do objeto ora contratado, a superveniência de insolvência, concordata ou falência da Contratada, serão considerados os valores não pagos como créditos privilegiados do Contratante, podendo o mesmo prosseguir no final da execução do contrato.
- 10.5- O Contratante reserva, ainda, o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo os serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já executados, considerando-se, para tanto,



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

os preços unitários.

10.6- A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Contrato, no Termo de Referência e no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS

O não exercício de direitos assegurados neste contrato ou na Lei, não constituirá causa de novação ou renúncia dos mesmos, os quais poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ABRANGÊNCIA

O presente Contrato obriga as partes, herdeiros e sucessores por todos os termos e - cláusulas deste Contrato

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1- Fica eleito o Foro da comarca de Cantagalo, Comarca da, para dirimir quaisquer questões relativas a interpretações, aplicação e execução do presente contrato, renunciando as partes de outro qualquer por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem justos e concordados, firmam o presente contato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Local e data

MARCIO DA SILVA BARBAS
SECRETARIO MUNIICPAL DE SAUDE
CONTRATANTE

CONTRATADO(A)

Testemunhas :

1- _____
CPF:

2- _____
CPF:



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CANTAGALO
Setor de Licitações

À Prefeitura Municipal de Cantagalo

Concorrência Eletrônica: 90023/2024

Processo: 0172/2024

Objeto: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço Multidisciplinar composto por: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia que sejam realizados por profissionais com certificação em ABA. Devendo ser obrigatoriamente prestado na Sede do Município de Cantagalo ou em local que não esteja a mais de 20 Km de distância da Sede do Município, para que se evite o deslocamento dos Menores Pacientes, em razão de suas limitações. Por meio de Pregão, na forma do artigo 18, I, da Lei 14.133/2021. Procedendo os atendimentos individuais, como elaboração de parecer, relatórios trimestrais e registro das atividades desenvolvidas. Bem como a elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual Unificado-PDI.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Eu, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (Representante Legal devidamente qualificado) da (Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (endereço completo), DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

- a) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos;
- b) Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- d) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Não possui em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
- f) Até a presente data não possui fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, pela administração, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CANTAGALO
Setor de Licitações

- g) Tem ciência que "a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.
- h) Teve acesso a todos os documentos que compõem o Edital e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o execução da obra, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Concorrência, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório.

_____, em ____ de _____ 2024.

(representante legal).



Proc: 071/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90023/2024
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Ref. Pregão Eletrônico nº 90023/2024.

Prezados Senhores

Apresentamos, a seguir, nossa proposta elaborada em conformidade com as especificações contidas no Edital de licitação em referência.

Objeto: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço Multidisciplinar composto por: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia que sejam realizados por profissionais com certificação em ABA.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	U/C	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	TERAPIA OCUPACIONAL EM ABA. As sessões deverão ter duração de 1 hora cada.	UN	350	215,00	75.250,00
2	PSICOLOGIA EM ABA. As sessões deverão ter duração de 1 hora cada.	UN	200	128,00	25.600,00
3	PSICOPEDAGOGIA EM ABA. As sessões deverão ter duração de 1 hora cada.	UN	100	128,00	12.800,00
4	FONOAUDIOLOGIA EM ABA. As sessões deverão ter duração de 1 hora cada.	UN	300	128,00	38.400,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO				R\$	

VALIDADE DA PROPOSTA:(..) dias corridos a partir da abertura deste Pregão.

DECLARAMOS, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: 1) o valor do produto; 2) os tributos (impostos, taxas, contribuições); 3) fretes; 4) seguros; 5) os encargos sociais e trabalhistas incidentes; 6) outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado.

(Local), de de 2024.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, assinatura)



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitação

À Prefeitura Municipal de Cantagalo

Concorrência Eletrônica: 90023/2024

Processo: 0172/2024

Objeto: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço Multidisciplinar composto por: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia que sejam realizados por profissionais com certificação em ABA. Devendo ser obrigatoriamente prestado na Sede do Município de Cantagalo ou em local que não esteja a mais de 20 Km de distância da Sede do Município, para que se evite o deslocamento dos Menores Pacientes, em razão de suas limitações. Por meio de Pregão, na forma do artigo 18, I, da Lei 14.133/2021. Procedendo os atendimentos individuais, como elaboração de parecer, relatórios trimestrais e registro das atividades desenvolvidas. Bem como a elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual Unificado-PDI.

ANEXO XIII

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIADA PELA LEI
COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

A empresa xxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxx, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a)xxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxx do CPF nº xxxxxx, DECLARA, sob as penas da lei, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º, art. 4º da Lei nº 14.133/2021 .

_____, em ____ de _____ 2024.

(representante legal).



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO
nº 90023/2024

CONTRATANTE (UASG: 985821)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço Multidisciplinar composto por: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia que sejam realizados por profissionais com certificação em ABA. Devendo ser obrigatoriamente prestado na Sede do Município de Cantagalo ou em local que não esteja a mais de 20 Km de distância da Sede do Município, para que se evite o deslocamento dos Menores Pacientes, em razão de suas limitações. Por meio de Pregão, na forma do artigo 18, I, da Lei 14.133/2021. Procedendo os atendimentos individuais, como elaboração de parecer, relatórios trimestrais e registro das atividades desenvolvidas. Bem como a elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual Unificado-PDI.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 152.050,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 02/07/2024 às 9h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Sector de Licitações

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90023/2024
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 0172/2024
UASG: 985821

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Cantagalo, por meio do setor de licitações, sediado na Rua Ver Francisco Eugênio Vieira, 300 – Sala 101 - Centro, Cantagalo/RJ, realizará licitação no regime de empreitada por preço unitário, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 3.982/2023, Portaria nº 9.980/24 e demais legislação aplicável e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A sessão pública será realizada através do sítio Portal de Compras do Governo Federal na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e terá início às 9 horas, no horário oficial de Brasília/DF, em 02/07/2024.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de contratação de empresa especializada para prestação de serviço Multidisciplinar composto por: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia que sejam realizados por profissionais com certificação em ABA. Devendo ser obrigatoriamente prestado na Sede do Município de Cantagalo ou em local que não esteja a mais de 20 Km de distância da Sede do Município, para que se evite o deslocamento dos Menores Pacientes, em razão de suas limitações. Por meio de Pregão, na forma do artigo 18, I, da Lei 14.133/2021. Procedendo os atendimentos individuais, como elaboração de parecer, relatórios trimestrais e registro das atividades desenvolvidas. Bem como a elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual Unificado-PDI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. A licitação será realizada em lote único, conforme as especificações, quantitativos e valores unitários, descritos no item 1.4 do Termo de Referência.

2.2. Os licitantes deverão atentar-se somente às descrições dos serviços contidas no item 1.4 do Termo de Referência, Anexo I do edital para elaborarem suas propostas, pois as descrições dos CATMAT's nem sempre são totalmente compatíveis com o solicitado.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras <<http://www.gov.br/compras>>).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Todos os itens são de ampla concorrência;

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e da Lei Municipal nº 1.372/17.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pela Lei Municipal nº 1.372/17.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no Município de Cantagalo;

6.19.2.2. empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.2.5. Sorteio.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, que consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

Habilitação Jurídica

8.1.1. No caso de Empresa Individual

a) - Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula no Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2. No caso de Empresa Ltda. - S. A / Microempresa / Empresa de Pequeno Porte.

a) - Apresentação do Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social) acompanhado das alterações subsequentes, no caso de inexistência de Contrato consolidado, e Ata de eleição da última Diretoria, se for o caso, todos devidamente arquivados na Junta Comercial, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade por ações;

8.1.4. No caso de sociedade civil.

a) - Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

8.1.5. No caso de empresa estrangeira.

a) - Decreto de Autorização, devidamente arquivado na Junta Comercial, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País.

8.1.6. No caso de cooperativa:

a) - Ato Constitutivo (Ata da assembleia geral dos fundadores ou instrumento público) e os estatutos respectivos, devidamente arquivados na Junta Comercial;



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

b) - Relação de todos os cooperados, contendo nome e qualificações completas (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço residencial, número da cédula de identidade e do CPF);

c) - Assinatura, por todos os cooperados, de Termo de Compromisso de Responsabilidade Solidária, do presente Edital;

8.1.7. No caso de microempreendedor individual

a) Documento de identidade com foto e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com>.

8.1.8. Em todos os casos:

a) - Declaração Conjunta - Anexo VI

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.1.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF).

8.1.9.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.1.9.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.9.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.1.9.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou da sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei ou certidão com restrição;

8.1.9.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.1.9.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.1.9.7. Prova de Regularidade com a Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;

8.1.9.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Habilitação Econômico-Financeira

8.1.10. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

8.1.10.1. A certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

8.1.10.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

8.1.11. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) O atendimento dos índices econômicos previstos na alínea "a" da cláusula 7.1.10 acima deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.1.12. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.1.13. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.1.14. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global estimado.

Qualificação Técnica

8.1.15 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio de apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.1.15.1 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.1.15.2 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

8.1.16 - Apresentação do Boletim de Ocupação Funcional (BOF) junto a Vigilância Sanitária Municipal da sede da Empresa e de sua filial em caso da sede da Empresa não está situada no Município de Cantagalo;

8.1.17 - Registro ou inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro;

8.1.18 - Estar inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, junto ao Município de Cantagalo (CNES);

8.1.19 - Declaração de que possui a equipe técnica e equipamento exigidos para a realização dos procedimentos, objeto do credenciamento;



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

8.2. A documentação exigida para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.8.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.9. A verificação pelo Agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Comissão.

8.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. Nos termos da LC 123/2006 e da Lei Municipal 1.372/17 se exigirá a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa e da empresa de pequeno porte apenas para fins da contratação.

8.15.1. Constatada alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.15.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto na cláusula 8.15.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar a contratação, ou revogar a licitação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cantagalo.rj.gov.br

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 A infrações administrativa e sanções se encontram descritas na Cláusula Sexta da minuta do Contrato

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço licitacao@cantagalo.rj.gov.br

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

13. DA GARANTIA

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. PAGAMENTO



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

14.1. O CONTRATANTE deverá pagar o preço ao CONTRATADO em 12 (doze) parcelas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente, na conta corrente de titularidade do CONTRATADO.

14.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da data da atestação de despesa, na forma do Capítulo VII do Decreto Municipal n.º 3.982/2023.

14.2.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

14.3. O **CONTRATADO** deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento a Secretaria de Governo, situada na Praça Miguel de Carvalho, 65 – Centro – Cantagalo – RJ.

14.4. Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

- a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
- b) se o **CONTRATADO** foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação; e
- c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.4.1. Constatando-se a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

14.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **CONTRATADO**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.4.3. Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **CONTRATADO** a ampla defesa.

14.4.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o **CONTRATADO** não regularize sua situação.

14.5. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

14.5.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

14.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.7. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

14.8. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao **CONTRATADO**, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*.

15. PRAZO CONTRATUAL

15.1 O prazo de vigência do Contrato é de 1 (um) ano, contado da assinatura do contrato, desde que previamente divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas.

16. REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

16.1. Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do **CONTRATADO**.

16.2. O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

16.4. Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice do IPCA, exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

16.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.5.1. Fica o **CONTRATADO** obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

16.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

16.8.1. Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

b) a partir da data do requerimento do CONTRATADO, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.

16.9. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

16.10. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

16.11. O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

16.12. O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 14.133/2021.

17. EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

17.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Edital.

18. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. Após a homologação, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

18.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

18.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para assumir o compromisso nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em Lei.

18.4. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos item anterior, a administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário; ou adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta apresentada, quando existente, em favor do órgão ou entidade licitante.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

18.6. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso 18.4.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

19.10.1. Em caráter complementar, as informações referidas na cláusula 12.10 poderão ser divulgadas, também, no sítio da Prefeitura Municipal de Cantagalo-RJ na internet, no endereço eletrônico www.cantagalo.rj.gov.br.

19.10.2. Essas informações poderão ser obtidas, ainda, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Cantagalo, sito na Rua Vereador Francisco Eugênio Vieira, 300 – Sala 101 – Centro – Cantagalo – RJ, ou através do fone: (22) 2555.4204

19.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 19.11.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar
- 19.11.2. ANEXO II – Termo de Referência
- 19.11.3. ANEXO A – Minuta de Termo de Contrato
- 19.11.4. ANEXO III – Declaração Conjunta
- 19.11.5. ANEXO IV – Modelo de apresentação da proposta
- 19.11.6. ANEXO V – Declaração ME - EPP



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

19.12. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Comarca de Cantagalo-RJ, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Cantagalo-RJ, 12 de junho de 2024.

Carlos Alexandre Marques da Silva
Matrícula.: 1841-4
Portaria 9.984/2024



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - MULTIDISCIPLINAR – COMPOSTO POR TERAPIA OCUPACIONAL, PSICOLOGIA, FONAODIOLOGIA, PISCOPEDAGOGIA TODOS COM CERTIFICAÇÃO EM ABA

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado, a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a administração pública.

OBJETO PRETENDIDO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MULTIDISCIPLINAR COMPOSTO POR: TERAPIA OCUPACIONAL, PSICOLOGIA, FONAODIOLOGIA, PISCOPEDAGOGIA TODOS COM CERTIFICAÇÃO EM ABA, POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL, PROCESSOS Nº 00039132.2022.8.19.0015 - PACIENTE MARIA LUIZA CAMACHO; PROCESSO Nº 0800277-30.2023.8.19.0015 – PACIENTE GAEL SOARES DE OLIVEIRA HERDY; PROCESSO Nº 0800479-41.2022.8.19.0015 – PACIENTE NOAH PIMENTEL TAVARES E PROCESSO Nº 0800465-19.0015 – PACIENTE MAYA MENDONÇA DA SILVA. Na forma da Tabela abaixo;

Processo: 000391-36.2022.8.19.0015			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES	MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
PSICOPEDAGOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
PSICOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
Processo: 0800277-30.2023.8.19.0015			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES	MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
PSICOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
Processo: 0800479-41.2022.8.19.0015			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES	MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
Processo: 0800465-57.2022.8.19.0015			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA	MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

	SESSÕES		
TERAPIA OCUPACIONAL	01 VEZ POR SEMANA	50 SESSÕES	As sessões deverão ter uma duração de 1 hora.

1- PROBLEMA A SER RESOLVIDO

1.1- Não há na Secretária Municipal de Saúde Servidor concursado com certificação em **ABA – DOCUMENTO OFICIAL QUE COMPROVA O CONHECIMENTO DOS TERAPEUTAS QUE TRABALHAM COM TEA (TRANSTORNO DO ESPECTOR AUTISTA)**, para que seja cumprida a ordem judicial tal como foi lançada.

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1- Segundo a Lei Orgânica do Município de Cantagalo, Capítulo II, art.6º, “ Ao Município cumpre prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população. ”

§ 1º - Compete-lhe administrativa e privativamente:

XXXI- prestar assistência à saúde através dos postos e/ ou subpostos para tal fim, bem como através de outros dispositivos de promoção de saúde coletiva, existentes, ou a serem criados, no Município;

§ 2º Compete-lhe administrativamente, observar os dispositivos federal e estadual:

I- cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia do idoso e da criança, bem como das pessoas portadoras de necessidades especiais, conforme dispõe a Legislação Federal;

2.2- Dessa forma, torna-se imprescindível a contratação dos Serviços, na especificidade e quantidades determinadas na Ordem Judicial para atendimento a Paciente idoso e acamado, salvo guardando a sua vida e dignidade.

3- PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL E/OU NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO (PPA - LDO- LOA)

3.1- Essa contratação está alinhada com o Plano de Contratação Anual;

3.2- Está prevista na Dotação orçamentária;

4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1- O objeto a ser contratado deve atender aos Requisitos de: profissionais com formação em Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia, Fonoaudiologia sendo que os profissionais devem ter certificação em ABA.

5- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

5.1- O prazo de vigência da contratação é de 1(um) ano, com início a partir da assinatura do contrato, sendo permitida a prorrogação por até 05 (cinco) anos tendo em vista se Prestação de Serviço de Trato Contínuo, ou até quando perdurar a Ordem Judicial.

6- LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1- Visto que o Município não possui profissionais qualificados para esse tipo de serviço, conforme relatado do item: 1.1, a única solução possível será a contratação de uma empresa especializada, para prestação do serviço;

7- ESTIMATIVA O VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1- A estimativa do custo para o objeto foi baseada em preços praticados no mercado e, por estimativa, em um valor, por sessão de R\$180,00(cento e oitenta reais).

8- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

8.1- Trata-se da contratação de uma empresa que disponha de profissionais certificado em ABA e com formação para a prestação de serviço, tal como determinado no Objeto Pretendido de: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia, ou seja, atendimento Multidisciplinar.

8.2- A Secretara Municipal de Saúde, não dispõem de Servidor concursado com formação e certificação em ABA.

8.3 - O prazo de vigência da contratação é de 01(um) ano, com início em 30 de julho de 2024 e termino em 29 de julho de 2025, sendo permitida a prorrogação por até 05 (cinco) anos tendo em vista se Prestação de Serviço de Trato Continuo, ou até quando perdurar a Ordem Judicial.

9- JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/ AGRUPAMENTO DE ITENS

9.1- A solução como um todo se daria de melhor forma agrupada em uma única Empresa para que houvesse a elaboração de plano de tratamento da melhor forma em atingir a melhora e evolução dos Pacientes todos com diagnóstico de TEA, para que possibilite a montagem de um Plano Terapêutico de forma conjunta.

10- DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1- A contratação anual deste serviço é imprescindível, a uma para o cabal cumprimento da Ordem Judicial, nos autos dos processos de nº 000391-36.2022.8.19.0015; 0800277-30.2023.8.19.0015; 0800479-41.2022.8.19.0015 e 0800465.57.2022.8.19.0015, com suas especificações e certificações dos profissionais e quantidade, a outra de melhorar a qualidade de saúde, vida, dignidade de crianças com TEA, munícipes da Cidade de Cantagalo. Os benefícios diretos e indiretos relacionam-se essencialmente em proporcionar a saúde.

11- PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1- Não se faz necessária nenhuma adequação prévia ao contrato;

12- CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

12.1- Para esta solução não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da contratação pretendida.

13- IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1- A presente aquisição não possui impactos ambientais;

14- VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1- O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item 6 - LEVANTAMENTO DE MERCADO se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, DECLARO SER VIÁVEL a contratação pretendida.

Cantagalo, 15 de março de 2024

Janine Amaral Monerat
Assistente Social

c

Jaqueline Escrivani Nunes
Coordenadora Administrativa



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇO MULTIDISCIPLINAR

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1- O presente Termo de Referência (TR) tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviço Multidisciplinar composto por: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia que sejam realizados por profissionais com certificação em ABA. Devendo ser obrigatoriamente prestado na Sede do Município de Cantagalo ou em local que não esteja a mais de 20 Km de distância da Sede do Município, para que se evite o deslocamento dos Menores Pacientes, em razão de suas limitações. Por meio de Pregão, na forma do artigo 18, I, da Lei 14.133/2021. Procedendo os atendimentos individuais, como elaboração de parecer, relatórios trimestrais e registro das atividades desenvolvidas. Bem como a elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual Unificado-PDI.

1.2- A contratação de serviços visa obedecer às determinações judiciais, com os seguintes processos:

1.2.1- Processo nº 00039132.2022.8.19.0015; Processo nº 0800277-30.2023.8.19.0015; Processo nº 0800479-41.2022.8.19.0015; Processo nº 0800465-.19.0015.

1.3- O objeto desta contratação se enquadra aos conceitos legais de Bens e Serviços Comuns de acordo com o art.6º, da Lei nº 14.133/ 2021 e, com base no Decreto Municipal Nº 3.984/2023, art.2º incisos I e II.

1.4- DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E QUANTITATIVOS:

Processo: 000391-36.2022.8.19.0015			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES	MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
PSICOPEDAGOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
PSICOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
Processo: 0800277-30.2023.8.19.0015			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES	MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
PSICOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
Processo: 0800479-41.2022.8.19.0015			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES	MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
Processo: 0800465-57.2022.8.19.0015		PACIENTE:	
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA	MÉDIA	OBSERVAÇÃO



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

	SESSÕES	ANUAL	
TERAPIA OCUPACIONAL	01 VEZ POR SEMANA	50 SESSÕES	As sessões deverão ter uma duração de 1 hora.

2- PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/ PRORROGAÇÃO/ REAJUSTE

2.1-Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21):

O prazo de vigência da contratação é de 01 (hum) ano, contados a partir da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2- Prorrogação do Contrato:

O contrato de serviço continuado poderá ser prorrogado sucessivas vezes, respeitando o tempo decenal, com fulcro no art. 107, *caput*, da Lei nº 14.133/21. Ou até perdurar a ordem judicial.

2.3-Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21):

O contrato poderá ser reajustado, nos moldes do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/21, tomando como índice de reajustamento o IPC – Índice de Preço ao Consumidor.

3- DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1- Foi recebida pelo Fundo Municipal de Saúde, diversas Medidas Judiciais, relacionada à assistência de Menores paciente com diagnóstico de TEA – Transtorno do Espectro Autista, que necessitam de tratamento Multidisciplinar, como; Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia e, com profissionais certificados em ABA.

3.2- O quantitativo foi definido de acordo com nº de demandas de Ordens Judiciais.

4- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b”, da Lei 14.133/2021)

4.1- Fundamentação no Estudo Técnico Preliminar, conforme elementos constantes no art. 18, §1º, da Lei 14.133/21).

5- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1- Trata-se da contratação de profissionais especializado em Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia, com certificação em ABA, para cumprimento de 04 (quatro) Determinações Judiciais de 04(quatro) pacientes crianças com diagnóstico de TEA.

5.2- A melhor solução encontrada será a contratação dos serviços, através de Empresa que ofereça tratamento multidisciplinar;

5.3- O Pregão Eletrônico será a modalidade de licitação eleita para a aquisição dos serviços, cujo critério de julgamento será o de menor preço global;

5.4- A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e alterações subsequentes;

5.6- Não haverá exigência da Garantia da Contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021;

6- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

6.1- Qualificação técnica (conforme art. 67, da Lei nº 14.133/2021)

6.1.1- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio de apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

6.1.2- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

6.1.3- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

6.2- Apresentação de documentos, juntamente à proposta de preços:

6.2.1--Apresentação do Boletim de Ocupação Funcional (BOF) junto a Vigilância Sanitária Municipal da sede da Empresa e de sua filial em caso da sede da Empresa não está situada no Município de Cantagalo;

6.2.2-Registro ou inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro;

6.2.3-Estar inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, junto ao Município de Cantagalo (CNES);

6.2.4- Declaração de que possui a equipe técnica e equipamento exigidos para a realização dos procedimentos, objeto do credenciamento;

8- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas elencadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021;

8.2- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021;

8.3- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para este fim;

8.4- A execução do contrato deverá produzir seus efeitos como:

8.4.1-Produzir e entregar a Secretaria Municipal de Saúde Relatório Trimestral de evolução de cada paciente atendido e elaborar Plano de Desenvolvimento Individual Unificado-PDI;

8.4.2-Promover os atendimentos aos Pacientes em dias úteis e no horário comercial.

8.5- A quantidade de sessões semanais estão ESPECIFICADAS neste Termo de REFERÊNCIA, as sessões realizadas a maior não serão liquidadas, os quantitativos de sessões somente poderão ser alterados tanto para aumentar quanto para reduzir com autorização Expressa da Secretaria Municipal de Saúde, por ser tratar de cumprimento de Ordem Judicial;



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

8.6- Caso seja necessário o cancelamento ou adiamento de alguma sessão, deverá estar acordado entre as empresas e os responsáveis pelo paciente em um prazo mínimo de 06 (seis) horas que antecederem o horário agendado, sendo que nos casos de cancelamento e remarcação de sessão ocorrerá no mesmo ato, sob pena de não pagamento da referida;

8.7- A Empresa vencedora do certame deverá comunicar à Contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

8.8- A Empresa vencedora do certame deverá assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do serviço;

8.9- Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na Planilha Descritiva dos Serviços e Formação de Preços, não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para o contratado cobrar extras e ou alterar a composição de seus preços unitários;

8.10- Homologado o certame pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, a Empresa vencedora convocada para firmar o contrato de prestação de serviços, terá o prazo de 03 (três) dias úteis contados da data da convocação, para apor suas assinaturas;

8.11- Prestação dos serviços somente poderá se dar, **EXCLUSIVAMENTE** para os Pacientes descritos nominalmente neste Termo de Referência, Edital e Contrato e/ou para aqueles Pacientes que vierem a ser acrescidos, por determinação expressa da Secretaria Municipal de Saúde, em Termo Aditivos. Sendo o atendimento somente mediante a apresentação de documento de Identificação;

8.12- A Empresa vencedora do certame, após a assinatura do contrato com vigência a partir de 30/06/2024, terá o prazo de 05 (cinco) dias para dar início às sessões dos Pacientes descritos nominalmente neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato, sob pena das sanções administrativas;

8.13- As Empresas que vier a ser declarada vencedora do certame, sujeitar-se-á à fiscalização técnica do Fundo Municipal de Saúde, para comprovação do perfeito cumprimento do objeto licitado;

8.14- Correrá por conta da empresa vencedora, qualquer prejuízo causado na execução de quaisquer das terapias e suas sessões que deverão ser procedidas em quantidade semanal, na forma que consta deste Termo de referência, do Edital e do Contrato, haja vista, que são indicados por Ordem Judicial;

8.15- Reserva-se ao contratante o direito de controlar periodicamente a qualidade dos serviços, com objetivo de verificar se os serviços estão dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

8.16- A empresa que vier a ser Contratada compromete-se a apresentar a Fatura Mensal até dia 10 (dez) de cada mês para controle de frequência, em forma de planilha, constando o nome de cada Paciente descrito nominalmente, para cada terapia que esteja vinculado, com a assinatura do responsável, de acordo com as sessões efetivamente realizadas, do mesmo modo que deve informar o absenteísmo dos Pacientes, para posterior expedição da Nota Fiscal;

8.17- A Empresa vencedora do certame não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a prestação dos serviços de que trata o presente Termo de Referência, salvo excepcionalidades a serem analisadas pela Secretaria Municipal de Saúde;

8.18- A Empresa vencedora do certame deve assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e normativas legais aplicáveis e obedecendo rigorosamente às especificações constantes neste Termo de Referência, como os profissionais terem a certificação em ABA;



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

8.19-A Empresa vencedora deverá fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra especializada, atendida todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, sociais, tributárias, previdenciárias, fundiárias, normas técnicas e demais, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionada, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;

8.20- A empresa vencedora deverá responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como emolumentos prescritos e que digam respeito ao serviço; impostos; taxas; contribuições fiscais; previdenciárias; trabalhistas; fundiárias; enfim, por todas as que houverem, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente edital;

8.21-A Empresa vencedora deverá fornecer, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos e demonstrativos de custos;

8.22-A Empresa vencedora será remunerada exclusiva, pelas sessões efetivamente realizadas pelos Paciente nominativos deste Termo de referência, na forma da lista de presença assinada pelo Responsável, e em quantidade exata a indicada neste Termo de Referência, podendo ser a menor, mas nunca em maior número mesmo que haja justificativa, pelo valor constante da proposta, sendo vedada a cobrança de quaisquer sobretaxas; a retenção e/ou exigência de apresentação de qualquer documento(s) adicional(ais);

8.23-A Empresa vencedora deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Termo de Referência, principalmente dos profissionais que prestarão o serviço descrito.

9- DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f”, da Lei 14.133/2021)

9.1-Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar desde a execução até a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados;

9.2-A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3-Ficam indicados como futuro fiscal (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e futuro gestor do contrato, os seguintes servidores (se for o caso):

Fiscal do futuro contrato: Janine do Amaral Monerat / Cargo Assistente Social

Gestor do futuro Contrato: Marcio da Silva Brabas_/ Cargo Secretário Municipal de Saúde

10- DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, da Lei 14.133/2021)

10.1-O recebimento dos serviços resultantes da contratação será atestado por servidor formalmente designado pela Secretaria Municipal de Saúde, que fará a verificação da sua conformidade com a proposta apresentada, e ainda, quanto ao cumprimento da execução em acordo com a correta realização do contrato;

10.2-Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

10.3-O servidor ou comissão designada pela autoridade competente, aceitará após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

10.3.1-Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

10.3.2-Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.3.3-Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

10.3.4-Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.3.5-Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.4-No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.5-Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.6-O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.7-Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.7.1- o prazo de validade;

10.7.2- a data da emissão;

10.7.3- os dados do contrato e do órgão contratante;

10.7.4- o período respectivo de execução do contrato;

10.7.5- o valor a pagar; e

10.7.6- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.8-Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

10.9-A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

10.10-A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018);

10.11- Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

10.12- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

10.13- Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

10.14- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

10.15- O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do art. 141 da Lei 14.133/2021;

10.16- Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação;

10.17- O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado

10.18- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

10.19- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

10.19.1- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

10.20- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6, XXIII, h , da lei 14.133/2021)

11.1- O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL;

11.2- O fornecimento do objeto será continuado;

11.3- Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

11.3.1- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.3.2- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.3.3- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.4- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

11.3.5- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.6- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.3.7- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.3.8- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.3.9- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.3.10- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.3.11- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.3.12- Prova de inscrição Estadual/ Distrital no cadastro de contribuintes ,relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.13- Prova de regularidade Estadual / Distrital com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.3.14- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/ Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.3.15-O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.3.16-Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

11.3.17-Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.3.18-As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

11.3.19-Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.3.20-Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

11.3.21-As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

11.3.22-O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;

12- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII,"i", da Lei 14.133/2021)

12.1- O valor estimado para o menor preço global será de R\$152.050,00(cento e cinquenta e dois mil e cinquenta centavos), **com base no menor orçamento do valor Global** para a prestação do serviço, nos moldes exigido na Definição do Objeto.

12.2- Cotação de preços:

EMPRESAS	Terapia Ocupacional em ABA	Psicologia em ABA	Psicopedagogia em ABA	Fonoaudiologia em ABA
Clinova Clínica Médica Ltda	R\$215,00	R\$128,00	R\$128,00	R\$128,00
Studio Forma e Equilíbrio EIRELLI	R\$0,00	R\$66,00	R\$68,00	R\$67,00
Clínica AMIS Ltda	R\$240,00	R\$200,00	R\$160,00	R\$200,00

12.3-Edital / Termo de Referência:



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

. Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais: Metodologia ABA – Terapia Ocupacional, Psicologia e Fonoaudiologia: R\$180,00 (cento e oitenta reais) por sessão;

. Prefeitura Municipal de Santa Carmem Estado do Mato Grosso do Sul: Terapia Ocupacional: R\$ 166,66 (cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) por sessão e Fonoaudiologia:

R\$200,00(duzentos reais) por sessão, todavia, não especifica se necessário a metodologia em ABA.

- Fonte: Portal Nacional de Contratações Públicas.

12.4-Pesquisa Pública em Mídia/Internet:

. Perfil - Dra. Larissa Roso - Terapia Ocupacional em ABA: R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), por sessão;

. Perfil - Cronoshare - Psicopedagogia em ABA: R\$120,00(cento e vinte reais) por sessão;

. Perfil – Rennov Saúde - Fonoaudiologia em ABA: R\$120,00(cento e vinte reais) por sessão.

13- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1- As dotações orçamentárias por onde correrá a despesa são:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Programa de trabalho	Natureza da despesa	Ficha	Fonte
10040-10300240032.034	339039-33	159	15000
10040-10300240032.034	339039-33	166	1704
10040-10300240032.034	339039-33	CRIAR	162100

14- DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1- Não há disposições gerais.

15- ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1- Compõe como Anexos A este TR os seguintes documentos:

ANEXO A – Minuta do Contrato

Cantagalo, 11 de abril de 2024

Janine Amaral Monerat
Assistente Social

Jaqueline Escrivani Nunes
Coordenadora Administrativa

Marcio da Silva Barbas
Secretário Municipal de Saúde



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

ANEXO A

MINUTA DO CONTRATO Nº
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º

TERMO DE CONTRATO Nº /2024 QUE ENTRE SI FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANTAGALO E A EMPRESA xxxxxxxx PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MULTIDISCIPLINAR A SEREM REALIZADAS EM PACIENTES POR ORDEM JUDICIAL, NA FORMA ABAIXO:

Aos XXXX dias do ano de dois XXXX e vinte XXXX, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTAGALO**, pessoa jurídica de direito público, decididamente inscrito no CNPJ sob o nº, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, 137, Centro - Cantagalo/RJ, neste ato representado pelo Gestor, o Secretário Municipal de Saúde, Sr Márcio da Silva Barbas, brasileiro, casado, dentista, portador da C.R.O- RJ - nº11.934-90, devidamente inscrito no CPF sob o nº 988.521.167-53, residente e domiciliado no Bairro Jardim de Alah – Cordeiro –RJ, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa xxxxx, pessoa jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx /RJ, neste ato representada pela xxxxxxxxxxxxxxxx. (qualificação), portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXX, devidamente inscrito(a) no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado(a) na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx /RJ, em doravante denominado CONTRATADO(A), tendo como respaldo o resultado do Processo de Licitação de nº xxx/2024, por meio de Pregão Eletrônico de nº xxx2024, celebram o presente contrato de acordo com o que determina a Lei Federal nº 14.133/2021, visando o Certame para a contratação de empresas especializadas para a prestação de serviço Multidisciplinar, composto por: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia que sejam realizados por profissionais com certificação em ABA, a serem realizados em Pacientes por Ordem Judicial, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente CONTRATO tem por objeto a Licitação de forma complementar, tem por objetivo a contratação de empresa especialidade para prestação de serviço Multidisciplinar composto por; Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia que sejam realizados por profissionais com certificação em ABA. No tempo e quantidades especificadas na tabela abaixo:

Processo: 000391-36.2022.8.19.0015				
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES		MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
PSICOPEDAGOGIA	02 VEZES SEMANA	POR	100 SESSÕES	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES SEMANA	POR	100 SESSÕES	
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES SEMANA	POR	100 SESSÕES	
PSICOLOGIA	02 VEZES SEMANA	POR	100 SESSÕES	
Processo: 0800277-30.2023.8.19.0015				
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES		MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES SEMANA	POR	100 SESSÕES	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES SEMANA	POR	100 SESSÕES	
PSICOLOGIA	02 VEZES SEMANA	POR	100 SESSÕES	
Processo: 0800479-41.2022.8.19.0015				
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA		MÉDIA	OBSERVAÇÃO



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

	SESSÕES	ANUAL	Conforme tutela, os terapeutas precisam ter especialização em ABA e as sessões deverão ter uma duração de 1 hora.
TERAPIA OCUPACIONAL	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
FONOAUDIOLOGIA	02 VEZES POR SEMANA	100 SESSÕES	
Processo: 0800465-57.2022.8.19.0015			
ESPECIALIDADE	FREQUÊNCIA SESSÕES	MÉDIA ANUAL	OBSERVAÇÃO
TERAPIA OCUPACIONAL	01 VEZ POR SEMANA	50 SESSÕES	As sessões deverão ter uma duração de 1 hora.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1- A Contratada deverá seguir as normas, instruções e orientações da lei 8.080/1990, em especial Capítulo II da participação complementar, do Pacto pela Saúde.

2.2- Produzir e entregar a Secretaria Municipal de Saúde Relatório Trimestral de evolução de cada paciente atendido e, elaborar Plano de Desenvolvimento Individual Unificado-PDI.

2.3- Promover os atendimentos aos Pacientes em dias úteis e no horário comercial.

2.4- A quantidade de sessões semanais estão ESPECIFICADAS neste Termo de Contrato, na forma da Cláusula Primeir – Do Objeto, em tabala quantitativa, assim, as sessões realizadas a maior não serão liquidadas, os quantitativos de sessões somente poderão ser alterados tanto para aumentar quanto para reduzir com autorização Expressa da Secretaria Municipal de Saúde, por ser tratar de cumprimento de Ordem Judicial.

2.5- Caso seja necessário o cancelamento ou adiamento de alguma sessão, deverá estar acordado entre a Contratada e os responsáveis pelos pacientes em um prazo mínimo de 06 (seis) horas que antecederem o horário agendado, sendo que nos casos de cancelamento e remarcação de sessão ocorrerá no mesmo ato, sob pena de não pagamento da referida.

2.6- A Contratadam deverá comunicar à Contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

2.7- A Contratada deverá assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do serviço.

2-8- Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na Planilha Descritiva dos Serviços e Formação de Preços, não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a Contratada cobrar extras e ou alterar a composição de seus preços unitários.

2-9- A prestação dos serviços somente poderá se dar, EXCLUSIVAMENTE para os Pacientes descritos nominalmente neste CONTRATO e/ou para aqueles Pacientes que vierem a ser acrescidos, por determinação expressa da Secretaria Municipal de Saúde, em Termo Aditivo. Sendo o atendimento somente, mediante a apresentação de documento de Identificação.

2.10- A Contratada, após a assinatura do contato com vigência a partir de 30/07/2024, terá o prazo de 05 (cinco) idas para dar início as sessões do Pacientes descritos nominalmente neste Contrato, sob pena das sanções administrativas.

2.8- A Contratgada obriga-se a realizar serviços a que se refere esse Processo de Licitação de acordo estritamente com as especificações descritas no Termo de Referência e em Edital e neste Contrato, sendo de sua inteira responsabilidade todos os custos necessários à sua realização.

2.9- As sessões dos Serviços Multidisciplinares, que fazem parte deste Contrato, tais quais: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia, por profissioanis certificados em ABA, deverão ser realizadas nas dependências da empresa Contratada, que obrigatoriamente devem estar localizadas ou na sede do Município de Cantagalo, ou em distância de até 20 km, da sede do Município, em razão da dificuldade de locomoção dos Pacientes.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

2.10- A administração pública reserva-se no direito de, a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo daqueles já executados e devidamente atestados pelo departamento competente;

2.11- A Contratada, sujeitar-se-á à fiscalização técnica do Fundo Municipal de Saúde, para comprovação do perfeito cumprimento do objeto contratado.

2.12- Correrá por conta da Contratada, qualquer prejuízo causado na execução de quaisquer das terapias e suas sessões que deverão ser procedidas em quantidade semanal, na forma que consta deste Contrato, descrito na Cláusula do Objeto, haja vista, que são indicados por Ordem Judicial.

2.13- Reserva-se ao contratante o direito de controlar periodicamente a qualidade dos serviços, com objetivo de verificar se os serviços estão dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

2.14- A Contratada compromete-se a apresentar a Fatura Mensal até dia 10 (dez) de cada mês para controle de frequência, em forma de planilha, constando o nome de cada Paciente descrito nominalmente, para cada terapia que esteja vinculado, com a assinatura do responsável, de acordo com as sessões efetivamente realizadas, do mesmo modo que deve informar o absenteísmo dos Pacientes, para posterior expedição da Nota Fiscal.

2.15- O recebimento dos serviços resultantes da contratação será atestado por servidor formalmente designado pela Secretaria Municipal de Saúde, que fará a verificação da sua conformidade com a proposta apresentada, e ainda, quanto a cumprimento da execução em acordo com a correta realização dos serviços;

2.16- A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a prestação dos serviços de que trata o presente Contrato, salvo excepcionalidades a serem analisadas pela Secretaria Municipal de Saúde;

2.17- A Contratada deve assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e normativas legais aplicáveis e obedecendo rigorosamente às especificações constantes no Edital, Termo de Referência e neste Contrato, como os profissionais terem a certificação em ABA.

2.18- Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra especializada, atendida todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, sociais, tributárias, previdenciárias, fundiárias, normas técnicas e demais, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionada, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração Pública.

2.19- Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como emolumentos prescritos e que digam respeito ao serviço; impostos; taxas; contribuições fiscais; previdenciárias; trabalhistas; fundiárias; enfim, por todas as que houverem, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente edital.

2.20- Fornecer, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos e demonstrativos de custos.

2.21- A Contratada será remunerada exclusiva, pelas sessões efetivamente realizadas pelos Pacientes nominativos neste CONTRATO, na forma da lista de presença assinada pelo Responsável, e em quantidade exata a indicada na Cláusula Primeira, podendo ser a menor, mas nunca em maior número mesmo que haja justificativa, pelo valor conste da proposta, sendo vedada a cobrança de quaisquer sobretaxas; a retenção e/ou exigência de apresentação de qualquer documento(s) adicional(ais).

2.22- Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Contrato, Termo de Referência e Edital, principalmente dos profissionais que prestarão o serviço descrito.

2.23-Correrá por conta da Contratada qualquer prejuízo causado na execução da prestação do serviço.

2.24-Reserva-se o Contratante o direito de controlar periodicamente a qualidade dos serviços, com objetivo de verificar se os serviços estão dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Caberá ao Fiscal do Contrato, cuja qualificação será oposta quando da assinatura do contrato, dentre Servidor Efetivo



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

e, mediante Portaria de Nomeação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

3.1- A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e acompanhamento do Contratante.

3.1.1- São de responsabilidade da Contratada todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do presente contrato e a sua inadimplência não transferem ao Contrtante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente contrato.

3.1.2-A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, incorreções ou defeitos.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1- O presente contrato entrá em vigor na data da sua assinatura, tendo o prazo de vigência de 12 (doze) meses.

Parágrafo Primeiro- Os prazos e obrigações previstos neste contrato vigorarão independentemente de aviso extrajudicial,bem como de interpelação ou notificação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1-As despesas decorrentes deste Processo dde Licitação decorrerão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Saúdes previstas na Lei de Diretrizes Orçamentária, Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 e Plano Plurianual.

5.2-Serão emitidos empenhos solicitados através de ofícios da Secretaria Municipal de Saúde, os quais serão encaminhados ao Departamento de Controle Financeiro, contendo o valor a ser empenhado e o credor baseado no período em que estejam agendados os procedimentos, respeitando sempre o artigo 60, da Lei 4.320/64.

5.3-Até o dia 10 (dez) de cada mês, deverá ser apresentada Nota Fiscal/Fatura a Secretaria Municipal de Saúde, juntando a ela as Certidões Negativas de Débitos (CND) junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, dentro de seus prazos de validade, e ainda as Guias de Encaminhamento devidamente autorizadas referentes aos procedimentos realizados no período para que seja auditada, sendo encaminhada posteriormente ao Departamento de Controle Financeiro para pagamento.

5.4-O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente ou cheque em nome da Contratada, no prazo de 30 (trinta) idas, contados a parit do atesto da ota Fiscal pelo Fiscal do Contrto, observando-se a ordem cronológicva para cada fonde diferenciada de recursos.

5.5-O Município poderá reter o valor referente ao ISS, na forma da Lei.

5.6-O pagamento somente será efetuado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal da Contratada.

5.7-Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou ainda circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Credenciada providencie as medidas sanadoras. Nesta hipótese o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Fundo Municipal de Saúde;

5.8-Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

5.9-Considerando as quantidades estimadas no Termo de Referência, o valor estimado para atender as despesas referentes a este Processo de Licitação será de R\$152.050,00(cento e cinquenta e dois mil e cinquenta reais).

5.10-As despesas decorrentes do presente credenciamento serão cobertas pela seguinte dotação orçamentária, para o ano de 2024. sendo passível de alteração para o ano de 2025:

Programa de trabalho	Natureza da despesa	Ficha/Fonte
10040-1030240032.034	339039-33	159/15000
10040-1030240032-034	339039-33	166/1704
10040-1030240032-034	339039-33	CRIAR/162100

5.11-Os preços contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, após serão atualizados na forma do índice constante da Cláusula Setima, item 7.2.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Comete infração administrativa, as partes que deixarem de observar o rol do artigo 155 e seguintes, referente ao Título IV, Capítulo I, da Lei nº 14.133/21, do seguinte modo:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo, na forma do previsto do artigo 5º, da Lei 18.846/2013.

6.2- Ficando a Contratada sujeita a sanções descritas neste Termo de Referência, Edital e Contrato e as previstas no artigo 156, da Lei 14.133/2021, a seguir:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

6.1.2 -Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.3 - O não cumprimento do prazo para a assinatura do contrato, ensejará a aplicação de multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação.

6.4 - A aplicação da multa estabelecida no subitem anterior, desabilitará automaticamente a Empresa vencedora, sem prejuízo a aplicação das sanções previstas e/ou prejuízo do ajuizamento das ações cabíveis.

6.5 - No caso de inexecução total ou parcial do contrato, o Município de Cantagalo, poderá, garantida a prévia defesa, rescindi-lo e/ou, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades ou sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) Multa compensatória entre 3%(três por cento) a 10 % (dez por cento), sobre o valor total do contrato, no caso de falhas na Prestação dos Serviços que forem Contratos;

c) Em caso de inexecução parcial da prestação de serviço, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

d) - 10% sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de não aceitar manter o compromisso assumido quanto aos preços da Proposta, ou em caso de inexecução total da obrigação assumida

e) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta ou indireta de todos os entes federativos pelo prazo de até 06 (seis) anos, não podendo ser inferior a 03 (três) anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

g) rescisão unilateral do contrato de prestação de serviço.

6.6 - As sanções previstas podem ser aplicadas de forma cumulativas.

6.7 - As sanções previstas nas alíneas "d" "e" e "f", somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas sós serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da Prefeitura Municipal de Cantagalo e apresentadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que a contratada for notificada. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dá direito a qualquer contestação.

6.8 - A sanção estabelecida na alínea "f" é de competência exclusiva do Município de Cantagalo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

6.9 - As sanções previstas nas alíneas "d" "e" e "f", poderão também ser aplicadas à contratada ou aos profissionais que, na execução do contrato:



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

- a). Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos
- b). Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar o objetivo da licitação;
- c). Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

6.10 - O Município de Cantagalo formalizará notificada à contratada sobre as advertências e multas aplicáveis, ficando assegurado a esta, a garantia de prévia defesa, a qual deverá ser apresentada ao Município de Cantagalo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da comunicação.

6.11 - Será de responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.

6.12 - Obriga-se também a contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de Lei, relacionadas com o cumprimento do contrato.

6.13 - As multas aplicadas serão descontadas de qualquer crédito existente da Contratada ou cobrada judicialmente.

6.14 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21.

6.15 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à

6.16 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores da PMC, e no caso de suspensão de licitar, o proponente deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de referência, no Edital e no contrato e das demais cominações legais

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRORROGAÇÃO E DA RENOVAÇÃO

7.1- Podendo ser prorrogado sucessivamente, mediante termo aditivo, nos termos do artigo 105, da Lei 14.133/2021 ou até quando perdurar a Ordem Judicial.

7.2- Havendo a necessidade de reajustes dos valores da Prestação de Serviço, será procedido na forma do § 4º, do artigo 92, da Lei 14.133/2021, pelo índice o IPC - Índice de Preço do Consumidor.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 A rescisão do presente contrato se dará:

I-AMIGAVELMENTE, por acordo entre as partes contratantes, desde que verificada a conveniência para o Contratante.

II-UNILATERALMENTE a qualquer tempo por decisão fundamentada, pelo Contratante, diante do não cumprimento, por parte da Contratada, das obrigações assumidas por esta no presente contrato, e/ou pela verificação das hipóteses previstas nos incisos do artigo 78, da Lei nº 8.666/93 ou diante da ocorrência de fato superveniente ou circunstância desabonadora da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções estabelecidas no presente contrato. E, ainda em caso de falecimento ou alta do(s) Paciente(s).

III-JUDICIALMENTE, nos termos da legislação processual em vigor.

Parágrafo Único - Não caberá qualquer direito indenizatório na Rescisão Amigável.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações e responsabilidades da Contratada, para prestação do serviço objeto deste Contrato e Termo de Referência:

- 9.1- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a prestação dos serviços de que trata o presente Termo;
- 9.2- Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e normativas legais aplicáveis;
- 9.3- Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra especializada, profissionais com certificação em ABA, atendida todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, sociais, tributárias, previdenciárias, fundiárias, normas técnicas e demais, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionada;
- 9.4- Exigir e somente prestar os serviços mediante apresentação de documento de identidade do paciente, descritos neste Contrato de forma nominal e/ou aqueles que vieram a ser acrescidos por Termo Aditivo.
- 9.5- Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da prestação de serviços, tais como: emolumentos prescritos e que digam respeito ao serviço; impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, e afins, por todas as que houverem, por mais especiais que sejam e mesmo que não constantes no presente termo.
- 9.6- Fornecer, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos demonstrativos de custos.
- 9.7- Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas no presente Contrato e Termo de Referência.
- 9.8- Manter a continuidade das sessões periódicas, somente podendo ser desmarcadas, com antecedência mínima de 06(seis) horas de sua realização, sendo reagendado na mesma oportunidade.
- 9.9- Os agendamentos das sessões se dará pela Contratada e acordo com a disponibilidade dos Pacientes, sendo acordada entre os mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Contrante terá direito a vistoriar as instalações, aparelhos e locais de prestação dos serviços da Contratada.

- 10.1- A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Contratante.
- 10.2- A existência e atuação da fiscalização da Contratante em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução dos serviços e as suas consequências e implicações.
- 10.3- Verificada pela fiscalização do Contratante, o abandono da execução dos serviços ou o retardamento indevido, poderá o mesmo assumir o objeto do contrato na situação em que se encontrar, constituindo os valores não pagos como créditos passíveis de cobrança por parte do Contratante perante a Contratada, servindo o presente contrato como Título Executivo, na forma do disposto no artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.
- 10.4- Igualmente, se verificada na execução do objeto ora contratado, a superveniência de insolvência, concordata ou falência da Contratada, serão considerados os valores não pagos como créditos privilegiados do Contratante, podendo o mesmo prosseguir no final da execução do contrato.
- 10.5- O Contratante reserva, ainda, o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo os serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já executados, considerando-se, para tanto,



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Fundo Municipal de Saude

os preços unitários.

10.6- A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Contrato, no Termo de Referência e no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS

O não exercício de direitos assegurados neste contrato ou na Lei, não constituirá causa de novação ou renúncia dos mesmos, os quais poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ABRANGÊNCIA

O presente Contrato obriga as partes, herdeiros e sucessores por todos os termos e - cláusulas deste Contrato

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1- Fica eleito o Foro da comarca de Cantagalo, Comarca da, para dirimir quaisquer questões relativas a interpretações, aplicação e execução do presente contrato, renunciando as partes de outro qualquer por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem justos e concordados, firmam o presente contato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Local e data

**MARCIO DA SILVA BARBAS
SECRETARIO MUNIICPAL DE SAUDE
CONTRATANTE**

CONTRATADO(A)

Testemunhas :

1- _____
CPF:

2- _____
CPF:



Proc: 0172/2024 Fls: ____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CANTAGALO
Setor de Licitações

À Prefeitura Municipal de Cantagalo

Concorrência Eletrônica: 90023/2024

Processo: 0172/2024

Objeto: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço Multidisciplinar composto por: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia que sejam realizados por profissionais com certificação em ABA. Devendo ser obrigatoriamente prestado na Sede do Município de Cantagalo ou em local que não esteja a mais de 20 Km de distância da Sede do Município, para que se evite o deslocamento dos Menores Pacientes, em razão de suas limitações. Por meio de Pregão, na forma do artigo 18, I, da Lei 14.133/2021. Procedendo os atendimentos individuais, como elaboração de parecer, relatórios trimestrais e registro das atividades desenvolvidas. Bem como a elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual Unificado-PDI.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Eu, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (Representante Legal devidamente qualificado) da (Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (endereço completo), DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

- a) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos;
- b) Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- d) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Não possui em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
- f) Até a presente data não possui fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, pela administração, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.



Proc: 0172/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CANTAGALO
Setor de Licitações

- g) Tem ciência que "a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.
- h) Teve acesso a todos os documentos que compõem o Edital e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o execução da obra, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Concorrência, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório.

_____, em ____ de _____ 2024.

(representante legal).



Proc: 071/2024 Fls: _____

Ass: _____

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitações

ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90023/2024
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Ref. Pregão Eletrônico nº 90023/2024.

Prezados Senhores

Apresentamos, a seguir, nossa proposta elaborada em conformidade com as especificações contidas no Edital de licitação em referência.

Objeto: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço Multidisciplinar composto por: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia que sejam realizados por profissionais com certificação em ABA.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	U/C	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	TERAPIA OCUPACIONAL EM ABA. As sessões deverão ter duração de 1 hora cada.	UN	350	215,00	75.250,00
2	PSICOLOGIA EM ABA. As sessões deverão ter duração de 1 hora cada.	UN	200	128,00	25.600,00
3	PSICOPEDAGOGIA EM ABA. As sessões deverão ter duração de 1 hora cada.	UN	100	128,00	12.800,00
4	FONOAUDIOLOGIA EM ABA. As sessões deverão ter duração de 1 hora cada.	UN	300	128,00	38.400,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO				R\$	

VALIDADE DA PROPOSTA:(..) dias corridos a partir da abertura deste Pregão.

DECLARAMOS, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: 1) o valor do produto; 2) os tributos (impostos, taxas, contribuições); 3) fretes; 4) seguros; 5) os encargos sociais e trabalhistas incidentes; 6) outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado.

(Local), de de 2024.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, assinatura)



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor de Licitação

À Prefeitura Municipal de Cantagalo

Concorrência Eletrônica: 90023/2024

Processo: 0172/2024

Objeto: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço Multidisciplinar composto por: Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia que sejam realizados por profissionais com certificação em ABA. Devendo ser obrigatoriamente prestado na Sede do Município de Cantagalo ou em local que não esteja a mais de 20 Km de distância da Sede do Município, para que se evite o deslocamento dos Menores Pacientes, em razão de suas limitações. Por meio de Pregão, na forma do artigo 18, I, da Lei 14.133/2021. Procedendo os atendimentos individuais, como elaboração de parecer, relatórios trimestrais e registro das atividades desenvolvidas. Bem como a elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual Unificado-PDI.

ANEXO XIII

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIADA PELA LEI
COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

A empresa xxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxx, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a)xxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxx do CPF nº xxxxxx, DECLARA, sob as penas da lei, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º, art. 4º da Lei nº 14.133/2021 .

_____, em ____ de _____ 2024.

(representante legal).